



Monografia de Especialização

**REPROVAÇÃO ESCOLAR:
UMA REALIDADE A SER TRANSFORMADA**

Deliane Santos Linhares

UFSM/NAEES/CE

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**REPROVAÇÃO ESCOLAR:
UMA REALIDADE A SER TRANSFORMADA**

por

Deliane Santos Linhares

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação com ênfase em Gestão Educacional na Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS, como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Gestão Educacional

UFSM/NAEES/CE

Santa Maria, RS, Brasil

2005

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Núcleo de Atividades Especiais de Extensão e Serviços

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Pós-Graduação

REPROVAÇÃO ESCOLAR:
UMA REALIDADE A SER TRANSFORMADA

elaborada por
Deliane Santos Linhares

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Marilú Favarin Marin
(Presidente/Orientadora)

Prof^o. Dr. Celso Ilgo Henz

Prof^a. Dr^a. Karina Klinke

Prof. Esp. José Luiz Padilha Damilano

Santa Maria, 21 de março de 2005.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais por estarem sempre ao meu lado, dando-me força para seguir em frente, principalmente à minha mãe que nunca deixou de estar junto a mim, ouvindo atenciosamente os meus lamentos, confortando-me com suas palavras sábias e sinceras e também compartilhando momentos felizes.

Um agradecimento especial a minha orientadora Marilú Favarin Marin por sua capacidade de entendimento e humanidade que demonstrou quando precisei.

A todos os professores do Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional em Caçapava do Sul que de uma maneira ou de outra ajudaram-me a enriquecer meus conhecimentos.

A todos aqueles que participaram das entrevistas para que pudéssemos concluir este estudo de caso.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

REPROVAÇÃO ESCOLAR: UMA REALIDADE A SER TRANSFORMADA

AUTORA: Deliane Santos Linhares
ORIENTADORA: Marilu Favarin Marin
Santa Maria, 21 de Março de 2005.

O método de avaliação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças foi analisado neste estudo de caso, sendo considerado dois métodos avaliativos (aritmético e somativo) em diferentes anos. Foi considerada relevante a opinião dos professores que atuam nesta escola sobre qual seria o melhor método de avaliação para melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos e com isso diminuir o índice de Reprovação. Além do método de avaliação outros fatores foram apontados como contribuintes para essa falha de aprendizagem.

O texto trata também da educação que queremos, da escola possível para esse tipo de educação e da qualificação dos professores, com opinião de diferentes autores aqui destacados.

A evasão escolar é um tema que está sendo muito discutido, tanto a nível regional quanto a nível nacional, para tentarmos descobrir qual o tipo de aluno que mais abandona a escola e por quais motivos.

Palavras-chaves: Educação, Avaliação, Coletividade

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

REPROVAÇÃO ESCOLAR: UMA REALIDADE A SER TRANSFORMADA

AUTORA: Deliane Santos Linhares
ORIENTADORA: Marilu Favarin Marin
Santa Maria, 21 de Março de 2005.

The evaluation method in the Municipal School of Fundamental Teaching “Nossa Senhora das Graças” was analyzed in this case study, taking into account two valuation methods (arithmetic and totality - total amount) in different years the teachers opinion that act in this school was considered indispensable about the best evaluation method to improve the quality of the students’ learning and then to decrease (reduce) the reproof rate. Besides the evaluation method, other factors were pointed as contributives for that learning flaw.

The text is also about the education we want, of the possible school for this education type and of the teachers’ qualification with different authors’ opinion here outstanding.

The school escape is a very discussed subject, as much regional as national level, for we try to discover which type of student that abandons the school further which reasons.

Word-keys: Education, Evaluation and Collective

SUMÁRIO

Agradecimentos -----	iv
Resumo -----	v
Abstract -----	vi
Introdução -----	1
Capítulo 1 - A Evasão Escolar no Brasil -----	3
Capítulo 2 - -----	12
2.1 – Reprovação Escolar: Uma realidade a ser transformada -----	12
2.2 – Metodologia aplicada -----	20
2.3 – Análise dos dados coletados -----	24
Capítulo 3 -----	26
3.1 – A Educação que queremos -----	26
3.2 – A Escola que queremos -----	30
3.3 – Os professores que queremos -----	38
Conclusão -----	45
Referências bibliográficas -----	46
Anexo 1 -----	49
Ficha de entrevista -----	50

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa sobre a educação possível para trabalharmos, bem como a escola e os professores que queremos.

É importante que nos dias de hoje haja uma preocupação não somente com a educação, mas também com o método de ensino do professor, compreender se este está realmente preocupado com a aprendizagem do aluno ou somente desenvolve seu conteúdo de maneira estritamente profissional. A escola também deve adaptar-se à realidade de seu aluno, proporcionando meios para que o aluno sinta prazer em ir para a escola.

Em seu primeiro capítulo o texto apresenta a realidade da evasão escolar no Brasil, nas escolas públicas. Há uma preocupação geral em todo o país para tentar mudar essa realidade, inclusive o Governo Federal está buscando métodos que ajudem a diminuir este índice, como por exemplo, a criação do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), que tem por objetivo apoiar municípios, estados e a União na formulação de políticas que visam a melhoria da qualidade do ensino.

No segundo capítulo é tratado a realidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças, uma escola na periferia de Caçapava do Sul/RS onde a pesquisa realizada refere-se ao tema Reprovação Escolar, apresentando o número de reprovados no ano de 2002 e 2003. Alguns professores desta escola foram entrevistados e foi apontada a opinião deles quanto ao método de avaliação, se o mesmo influencia na aprendizagem do aluno e também foi levado em consideração a opinião deles quanto aos fatores que podem influenciar para que haja reprovação.

No terceiro capítulo falamos sobre a educação que precisamos para melhorar a vida escolar dos nossos alunos, bem como, a escola possível para que isso possa acontecer e com quais professores, ou seja, professores qualificados para esse fim.

CAPÍTULO 1

Evasão Escolar no Brasil

A evasão escolar é um problema complexo e se relaciona com outros importantes temas da pedagogia, como formas de avaliação e reprovação escolar. Para combater a evasão escolar é preciso atacar em duas frentes: uma de ação imediata que busca resgatar o aluno “evadido”, e outra de reestruturação interna que implica na discussão e avaliação de diversas questões.

A evasão escolar está dentre os temas que recentemente fazem parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupa até os dias atuais, espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Em face disto, as discussões acerca da evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central de debate o papel tanto da família quanto da escola em relação à vida escolar da criança.

No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar o aluno em seu percurso sócio-educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, lei nº 9.394 de 20/12/1996, é bastante clara a esse respeito.

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (1996, p. 4)

A despeito disso, o que se observa é que a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade.

Em seu lugar, o que se vê é que cada vez mais a evasão escolar vem adquirindo espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas.

Vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a escola e a própria criança, sem que, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional.

A evasão escolar, que não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação, expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho. Devido a isto, educadores brasileiros, cada vez mais vêm preocupando-se com crianças que chegam à escola, mas que nela não permanecem.

De maneira geral, os estudos analisam o fracasso escolar a partir de duas diferentes abordagens: a primeira, que busca explicações a partir de fatores externos à escola, e a segunda, a partir de fatores internos. Dentre os fatores externos relacionados à questão do fracasso escolar são apontados o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. E dentre os fatores intra-escolares são apontados a própria escola, a linguagem e o professor.

Atrás dos números e constatações que revelam a dimensão quantitativa da ineficiência do ensino fundamental brasileiro, desenvolve-se um drama cotidiano de centenas de milhares de crianças cujas famílias valorizam a

escola, esforçam-se para mantê-las mas que, ano a ano, defrontam-se com o fracasso e acabam por incorpora-la à sua vida. Por esse motivo acaba sendo considerada normal a formação de gerações de jovens e adultos que se consideram fracassados e incapazes de adquirir habilidades intelectuais básicas.

O governo, mais precisamente o MEC (Ministério da Educação e Cultura) preocupado com a qualidade do ensino no país, criaram o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) cujo objetivo é apoiar municípios, estados e a União na formulação de políticas que visam a melhoria da qualidade do ensino.

Segundo dados do INEP publicados no site do MEC, participaram da avaliação no ano de 2003, alunos da 4^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e da 3^a série do Ensino Médio. Os professores e diretores participam respondendo a questionários que informam sobre o perfil e prática docente, mecanismos de gestão e infra-estrutura da escola.

Em 2003 participaram do SAEB cerca de 300 mil alunos, 17 mil professores e 6 mil diretores de 6.270 escolas das 27 unidades da Federação. Como o SAEB não avalia ainda a totalidade dos estudantes do país, a pesquisa é feita em uma amostra que representa o universo das matrículas. Procuramos o número de alunos aprovados e reprovados na avaliação realizada pelo SAEB, no ano de 2003, no site do MEC mas não encontramos.

As informações coletadas permitem montar um quadro sobre o sistema educacional, revelando suas virtudes e seus defeitos. Este conhecimento torna possível uma ação mais efetiva de todos que se preocupam com a educação brasileira.

As informações obtidas a partir dos levantamentos do SAEB também permitem acompanhar a evolução da qualidade da educação ao longo dos anos, sendo utilizado principalmente pelo Ministério da Educação e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação na definição de ações voltadas para a solução dos problemas identificados, assim como, no direcionamento dos seus recursos técnicos e financeiros às áreas prioritárias, visando ao desenvolvimento do Sistema Educacional Brasileiro e à redução das desigualdades existentes nele.

Para Guiomar Namó Mello

As políticas de expansão quantitativa e extensão da escolaridade obrigatória adotada nas décadas de 70 e 80, ampliaram o acesso à escola, com base no legítimo princípio da democratização das oportunidades, mas não se empreenderam esforços para responder às questões de qualidade no ensino que, já naquela época, emergiam em nosso país. (MELLO, 2000, p. 46)

Os problemas da qualidade de ensino em nosso país vêm se arrastando por várias décadas e ninguém consegue chegar a uma solução concreta. Um número crescente de professores e outros profissionais foi incorporado ao sistema de ensino, cujos problemas se agigantaram em proporções ainda maior do que o crescimento desordenado ao aparato burocrático montado para gerenciá-lo.

Várias conseqüências resultaram desse crescimento quantitativo irresponsável quanto à qualidade. Uma delas foi a incorporação do fracasso escolar como algo natural quando se trata da educação dos setores populares.

(...) decorre a irresponsabilidade generalizada pelo mau desempenho dos alunos e o emprego do alibi fácil segundo o

qual “os alunos fracassam porque são pobres e suas famílias não valorizam a escola.” (MELLO, 2000, p. 47)

Independente da condição social, os alunos que abandonam a escola tendem a fazê-lo após várias repetências, já que os anos de permanência na escola vêm aumentando significativamente no Brasil, ou seja, a população tem mais anos de escolaridade.

Um das conseqüências do fracasso escolar é o enorme prejuízo que ele causa precocemente à auto-imagem e à auto-estima de milhares de crianças, muitas das quais vão definir suas expectativas de desempenho no futuro a partir da experiência escolar inicial, marcada por sentimentos de incapacidade e inadequação.

Um exame rigoroso da situação do ensino fundamental no Brasil revela, hoje, que o acesso ao ensino está universalizado. Nossas crianças chegam à escola. O problema é que, apesar de nela permanecerem por um período de tempo suficiente para terminar o ensino fundamental, devido a fatores internos à escola e não – como costuma afirmar – por causa de suas condições materiais de vida, abandonam o curso antes mesmo de termina-lo. (MELLO, 2000, p. 48)

Vários fatores podem ser apontados como causas principais para os alunos com idade escolar abandonarem a escola, entre eles, acreditamos que o mais crítico é o da reprovação, isto é, alunos que repetem muitas vezes a mesma série acabam abandonando os estudos, talvez por sentirem-se incapazes de progredir.

Absurdo ocorre quando se trata de identificar a origem do fracasso. A atividade pedagógica que se dá na escola supõe um quase infundável conjunto de atividades, de recursos, de decisões, de pessoas, de grupos e de instituições, que vão desde as políticas públicas, as medidas ministeriais,

passando pelas secretarias de educação e chegando à unidade escolar em que se supõem envolvidos o diretor, a secretaria, os professores, sua condição de trabalho, o aluno, a família e até o material didático disponível. Mas, no momento de identificar a razão do não aprendizado, apenas um elemento é destacado: o aluno. Só ele é considerado culpado, porque só ele é diretamente punido com a reprovação, como se tudo dependesse dele, de seu esforço, de sua inteligência, de sua vontade.

Uma pesquisa feita pela jornalista Lisandra Paraguassú para o jornal O Globo, publicado no site Globonews dia 06/02/2002 aponta que:

O Brasil é o país com maior índice de repetentes, tanto no ensino primário quanto no secundário, na América Latina pesquisados pela Organização das Nações Unidas para Educação. Entre a 1ª e a 6ª série do ensino fundamental, 24% das crianças matriculadas repetem o ano. Da 7ª série ao fim do ensino médio são 18%. Segundo dados do (INEP) de 1999, 41% das crianças da 1ª série do Ensino Fundamental eram reprovadas. Além da repetência, a maior falha apontada pela UNESCO é o alto número de crianças que deixam a escola antes do ensino médio. Cerca de 20 milhões de crianças e adolescentes secundários estão fora da escola. (PARAGUASSÚ, In: site globonews, fevereiro, 2002)

A maioria dessas crianças saiu da escola após várias repetências que as desmotivaram, e as suas famílias, a permanecer na escola.

Para Miguel Arroyo

As estatísticas não fazem outra coisa senão confirmar o fracasso escolar dos filhos do povo. Os índices de repetência e evasão teimam em mostrar que quase 60% dessas crianças não ultrapassam a 1ª série, e o restante irá saindo, ou sendo forçado a sair ainda nas primeiras séries sem contar aqueles que nem entram na escola. (ARROYO, 1986, p. 11)

Muitas pesquisas são realizadas e muitas estatísticas são apresentadas em relação ao índice de reprovação. E esse alto número de reprovados são realmente alarmantes, mas afinal, algo deve ser feito para reverter essa história. Estamos num momento em que a sensibilidade nacional e a dos profissionais da educação voltam-se para esse problema.

Os profissionais da educação que insistiam na falta de escolas e nas péssimas condições físicas e pedagógicas e que pressionavam o Estado para assumir seu dever de garantir educação escolar, voltam-se para as reformas técnicas de diminuição do fracasso do aluno.

A repetência nas primeiras séries está estreitamente vinculada a problemas no ensino da leitura e da escrita, baseada em compreensões estreitas e atrasadas da linguagem e dos processos de aprendizagem ligada a métodos pedagógicos ultrapassados. (TORRES, In: Caderno Temático 9, Constituinte Escolar, 1999, p. 8)

Os problemas relacionados com o ensino da linguagem escrita são agravados devido às outras condições que caracterizam as primeiras séries da escola nos países em desenvolvimento, tais como salas de aula superlotadas, professores sem experiências e falta de material didático.

Enfrentar a repetência na primeira e na segunda séries implica lidar com as condições negativas que favorecem e nutrem a repetência dentro da escola, contribuindo, dessa forma, para reforçar – ao invés de aliviar – as condições socioeconômicas desfavoráveis que os alunos dos setores populares enfrentam no momento de ingressar na escola. Não apenas para as crianças provenientes das famílias pobres, mas para todas as crianças, a alfabetização deveria ser considerada uma meta não da primeira série, mas, pelo menos, das quatro primeiras séries do ensino fundamental, porque

existem alunos que chegam ao final do Ensino Fundamental com muitas dificuldades tanto na leitura quanto na escrita.

Não podemos falar em evasão sem falarmos em repetência e, automaticamente em avaliação. É através da avaliação que vemos, ou pelo menos tentamos ver, onde está a falha do aluno, e porque não dizer, do próprio professor.

As razões que levam à decisão de fazer com que um aluno repita de ano são variadas. As mais frequentes são as baixas qualificações, ou qualificações insuficientes do próprio aluno para ser aprovado. As qualificações não necessariamente refletem os níveis e as qualidades da aprendizagem dos alunos. Os critérios de qualificações e aprovação podem ser arbitrários, por isso a revisão do sistema de avaliação no meio escolar é uma necessidade inevitável para enfrentar o problema tanto da aprendizagem quanto da repetência.

Se o processo avaliativo implicar um olhar valorativo e investigador sobre as diferentes formas de ser e de pensar dos educadores, poderá ultrapassar o individualismo e gerar a cooperação e a interdisciplinaridade na produção do conhecimento escolar.

A avaliação escolar silencia as pessoas, suas culturas e seus processos de construção de conhecimentos, desvalorizando saberes, fazendo com que percam sua existência e se confirmem como a ausência de conhecimento. Aproveitando o próprio conhecimento do aluno, talvez o ensino torne-se mais prazeroso e reduza o índice de reprovação. A avaliação que impede a expressão de determinadas vozes é uma prática de exclusão.

Não podemos culpar somente o professor pelo fracasso do aluno, mas sim, todo o meio, a escola, os dirigentes. Afinal, o professor não age

sozinho e tampouco toma decisões sem antes consultar seus superiores, sendo que a escola ainda é formada por uma hierarquia.

Na opinião de Jussara Hoffmann

A prática avaliativa nas escolas vem sendo severamente criticada por negar ou desrespeitar as diferenças individuais dos educandos, em quaisquer áreas do desenvolvimento (social, intelectual, moral e física). (HOFFMANN, In: Caderno Temático 9, p. 15)

Muitas vezes na escola o diferente é considerado negativo. Persegue-se a homogeneidade, dominando-a por padrão normal. Partindo de tal concepção, fundamenta-se o olhar do professor em critérios comparativos de domínio de conhecimento que resultam em descrições classificatórias de desempenho.

A tendência das escolas é tornar a educação uniforme, tratando todos os alunos da mesma maneira e aplicando-lhes o mesmo tipo de teste, muitas das avaliações são planejadas para mascarar a diferença entre os indivíduos ao invés de eliciá-las.

O que pretendemos dizer é que um olhar de respeito às diferenças dos alunos significa essencialmente a tentativa de conhecê-los e admirá-los em sua singularidade, muito mais do que encontrar meios para argumentar sobre seu desempenho ou rentabilidade em comparação aos demais. É necessário ressignificar o diferente em educação como essencial à condição humana, como positivo e desencadeador das relações de cooperação, por que o diferente enquanto negativo leva ao individualismo.

CAPÍTULO 2

2.1 - Reprovação Escolar: uma realidade a ser transformada

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças. É uma escola de periferia pertencente à rede municipal na cidade de Caçapava do Sul/RS.

Atualmente a escola funciona em 3 (três) turnos e consta com um número de 934 (novecentos e trinta e quatro) alunos, 72 (setenta e dois) professores, 4 (quatro) vigilantes, 12 (doze) funcionários, todos coordenados pela Equipe diretiva composta por 7 (sete) professores.

A escola conta com 70 (setenta) professores com curso superior, 5 (cinco) são pós-graduados, 1 (um) professor com mestrado e 11 (onze) professores são pós-graduandos.

Alguns dos docentes ainda trabalham com o método tradicional de ensino, onde repassam o conteúdo ao aluno, fazendo com que eles praticamente decorem o que está sendo passado, mas a maioria dos professores trabalha de uma maneira que levam os alunos a construir seu próprio conhecimento, e nisso encontram muita dificuldade, pois existem alunos que ainda resistem a isso, achando que essa função não lhes pertence.

A escola tem como filosofia: “A Escola proporcionará condições, dentro de sua realidade, de preparar cidadãos críticos e conscientes e com valores, capazes de atuarem numa sociedade em constante mudança”. E tem como objetivo geral: “Promover atividades que levem o aluno a compreender o mundo em que atua a fim de construir uma sociedade

melhor, mais justa e fraterna, com perspectiva de transformação e conhecimento para a vida”.

Apesar da escola trabalhar com projetos – Gincana de Matemática, Feira de Ciências entre outros – para melhorar a qualidade da aprendizagem, um dos fantasmas que assombram a realidade escolar de nosso alunado é o da reprovação. Pouca coisa é tão cercada por equívocos em nossa escola básica quanto a questão da reprovação escolar, que se perpetua como um traço cultural autoritário e anti-educativo. Começa pela abordagem errônea de avaliação na qual se sustenta. Em toda prática humana, individual ou coletiva, a avaliação é um processo que acompanha o desenrolar de uma atividade, corrigindo-lhes os rumos e adequando os meios aos fins.

A compreensão do fracasso escolar enquanto processo psico-social complexo está muito além das evidências dos altos índices de evasão e reprovação escolar, principalmente no ensino fundamental, embora a natureza das disfunções na aprendizagem deve ser considerada como consequência de inúmeros fatores, e não a causa primeira do fracasso escolar.

A jornalista Tânia Maria Alves, reproduzindo as palavras de Freud, publica um artigo no site novaescola.com onde diz que:

A reprovação escolar pode ser devido a muitos motivos, desde alguma dificuldade específica em determinada disciplina, inadaptação escolar, baixa frequência às aulas, até negligência dos pais. (ALVES, In: [site novaescola.com](http://novaescola.com), 2003.)

Neste contexto, na realidade em que estamos inseridos, podemos perceber que o aluno em que os pais acompanham seu estudo e vão à escola mesmo sem serem solicitados pela Direção ou pela Orientação,

conseguem ir melhor nos diferentes tipos de avaliação que aqueles em que os pais se omitem em relação à vida escolar dos filhos. A reprovação deve servir como reflexão para todos, pais, filhos e professores, para reavaliarem onde houve falhas e todos crescerem com a experiência.

A reprovação não é uma experiência agradável, porém, não é um motivo que deve desabonar o estudante, pois às vezes, esta pode servir para que ele aprenda o valor do estudo e desenvolva métodos mais eficientes no próximo ano escolar. Mas para isso o aluno precisa tomar consciência de que se ele fracassou num ano, ele pode obter sucesso no outro e não ficar se julgando ignorante ou mesmo incompetente, como acontece com alguns alunos que permanecem por três ou quatro anos na mesma série. Estes acabam abandonando a escola.

Paola Gentile, em depoimento publicado no site novaescola.com, em setembro de 2002, afirma que:

Depois de a própria criança, a família e a condição social terem sido apontados como culpadas pela reprovação, descobriu-se que o nó estava também na escola e na incapacidade dos sistemas de atender a diferentes necessidades de aprendizagem. (GENTILE, In: site novaescola.com, 2002)

Na escola em que há um índice alto de reprovados, esta deve repensar seu projeto e ver onde está o erro. Não devemos culpar somente o aluno pelo seu fracasso, uma parcela de culpa é da própria escola, que pode não estar adequada à realidade do aluno.

Ilustra-se esse pensamento com as palavras de Vitor Henrique Paro publicado no site estadão.com “(...) *a verdadeira motivação deve estar no próprio estudo que precisa ser prazeroso e desejado pelo aluno.*” (PARO, In: site estadão.com, 2003)

Nisso se resume o papel essencial da escola: levar o aluno a querer aprender. Este é um valor que não se adquire geneticamente, é preciso uma consistente relação pedagógica para aprende-lo.

Para Rosa Maria Torres

A repetência é a “solução” interna que o sistema escolar encontrou para lidar com o problema da não-aprendizagem ou da má qualidade de tal aprendizagem. (TORRES, In: Revista Pátio, 2000, p. 13)

Analisar as fontes e a natureza da repetência é analisar a própria missão das escolas, incluindo a série de variáveis e processos que incidem sobre a aprendizagem no meio escolar, sua qualidade, seus contextos e seus resultados.

O sistema escolar inventou a repetência como um mecanismo para lidar com os complexos fatores intra e extra-escolares que inibem o ensino e a aprendizagem eficazes no meio escolar.

Os agentes escolares tendem a ver a reprovação como um problema externo à escola, gerado na família e alimentado pelo próprio estudante. Por outro lado, os pais tendem a internalizar o ponto de vista escolar e a aceitar o diagnóstico e as predições dos professores a respeito da capacidade de aprendizagem de seus filhos.

O que se pode dizer é que todo o educador precisa dar-se conta de que é seriamente comprometido com o juízo de valor emitido sobre o educando. Seu olhar estreita-se ao considerar o processo avaliativo como uma ação objetiva e imparcial, puramente constativa sobre o fazer do aluno, como uma coleta de dados observáveis.

Para Rosa Maria Torres “(...) *os professores não são culpados pelos resultados obtidos pelos alunos, mas sim, responsáveis.*” (TORRES, In:

Revista Pátio, 2000, p. 14). Serão culpados se não forem comprometidos no sentido de buscarem o seu aperfeiçoamento e se não preservarem a sensibilidade ao lidar com a complexidade do processo. Respeitar as diferenças entre os alunos é uma tarefa que exige, sobretudo, sensibilidade, humanidade e cooperação entre os professores.

Para compreender cada aluno, é necessário recorrer à sua história e às condições concretas de sua existência, uma vez que as interações de cada pessoa com o meio abrangem significações de caráter afetivo e social, o que representa a crescente e evolutiva individualidade de cada um a partir de sua capacidade de autotransformação para adaptação às necessidades exteriores.

Não basta apenas falarmos em reprovação sem falarmos em avaliação que é uma das causas principais. A avaliação escolar ou avaliação do processo de ensino-aprendizagem tem como dimensão de análise o desempenho do aluno, do professor e de toda a situação que se realiza no contexto escolar. Sua função é subsidiar o professor, a equipe escolar e o próprio sistema no aperfeiçoamento do ensino. Desde que utilizada com as cautelas previstas e já descritas em bibliografias especializadas, fornece informações que possibilitam tomar decisões sobre os quais recursos educacionais devem ser organizados quando se quer tornar o ensino mais efetivo. É, portanto, uma prática valiosa, reconhecidamente educativa, quando utilizada com o propósito de compreender o processo de aprendizagem que o aluno está percorrendo em um dado curso, no qual o desempenho do professor e outros recursos devem ser modificados para favorecer o cumprimento dos objetivos previstos e assumidos coletivamente na Escola.

O processo avaliativo parte do pressuposto de que se defrontar com dificuldades é inerente ao ato de aprender. Assim, o diagnóstico de dificuldades e facilidades deve ser compreendido não como um veredito que irá culpar ou absolver o aluno, mas sim como uma análise da situação escolar atual do aluno, em função das condições de ensino que esteja sendo oferecido.

Seguindo nesta linha de avaliação, no ano de 2002 o método de avaliação na escola em que a pesquisa foi realizada, era feita de maneira aritmética, ou seja, as notas eram somadas e depois divididas. Neste mesmo ano a Escola contava com 173 (cento e setenta e três) alunos na 5ª série. No decorrer do ano 25 (vinte e cinco) alunos evadiram e 7 (sete) foram transferidos, chegando ao final do ano com 141 (cento e quarenta e um) alunos. Desse total 63 (sessenta e três) foram reprovados, sendo 39 (trinta e nove) meninos e 24 (vinte e quatro) meninas.

Na 6ª série tinha 185 (cento e oitenta e cinco) alunos, 39 (trinta e nove) evadiram e 5 (cinco) pediram transferência, totalizando ao final de dezembro 141 (cento e quarenta e uma) matrículas efetivas. Nesta série 92 (noventa e dois) alunos foram reprovados – 49 (quarenta e nove) meninos e 43 (quarenta e três) meninas.

Já na 7ª série eram 146 (cento e quarenta e seis) alunos. Durante o ano 25 (vinte e cinco) evadiram e 13 (treze) pediram transferência, totalizando 108 (cento e oito) alunos no final do ano. Desse total 54 (cinquenta e quatro) alunos reprovaram – 30 (trinta) meninos e 24 (vinte e quatro) meninas.

E na 8ª série era no início do ano, 92 alunos, no decorrer do ano 14 (quatorze) alunos abandonaram a escola e 1 (um) solicitou sua

transferência, chegando ao final do ano 77 (setenta e sete) alunos. Desse total, 48 (quarenta e oito) reprovaram – 18 (dezoito) meninos e 30 (trinta) meninas.

No total a escola contava no ano de 2002 com 467 (quatrocentos e sessenta e sete) alunos de 5ª a 8ª série. Desse total 103 (cento e três) alunos abandonaram a escola, 26 (vinte e seis) pediram transferência e 257 (duzentos e cinquenta e sete) alunos reprovaram, sendo 136 (cento e trinta e seis) do sexo masculino e 121 (cento e vinte e um) do sexo feminino, um número considerado muito alto, preocupando pais, professores, Equipe Diretiva e também a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC). Em uma reunião realizada pela Secretária de Educação optou-se por mudar o regimento escolar para o ano de 2003, tornando o método de avaliação somativa, cujo objetivo era diminuir o número de reprovados.

No ano de 2003 a Escola contava com 206 (duzentos e seis) alunos que freqüentavam a 5ª série. Durante o ano 21 (vinte e um) abandonaram a escola e 11 (onze) foram transferidos, chegando ao final do ano com um número de 174 (cento e setenta e quatro) matrículas efetivas, sendo que 66 (sessenta e seis) foram reprovados – 44 (quarenta e quatro) meninos e 22 (vinte e duas) meninas.

Na 6ª série iniciaram o ano 186 (cento e oitenta e seis) alunos, no decorrer 16 (dezesesseis) evadiram e 12 (doze) pediram transferência, chegando em dezembro 158 (cento e cinquenta e oito) aluno. Desse total 59 (cinquenta e nove) reprovaram – 39 (trinta e nove) meninos e 20 (vinte) meninas.

Já na 7ª, 126 (cento e vinte e seis) alunos freqüentavam a série. No decorrer do ano letivo, 21 (vinte e um) alunos evadiram e 8 (oito) pediram

transferência. No final do ano, 97 (noventa e sete) alunos freqüentavam a série, 25 (vinte e cinco) reprovaram – 18 (dezoito) meninos e 7 (sete) meninas.

E na 8ª série, 100 alunos iniciaram o ano letivo, 9 (nove) evadiram e 2 (dois) pediram transferência, chegando ao final do ano 89 (oitenta e nove) alunos com 25 (vinte e cinco) reprovados – 20 (vinte) meninos e 5 (cinco) meninas.

No total a Escola contava no ano de 2003 com um número de 518 (quinhentos e dezoito) matrículas efetivas, mas 67 (sessenta e sete) abandonaram a escola no decorrer do ano, 33 (trinta e três) alunos foram transferidos. Ao final do ano 175 (cento e setenta e cinco) alunos reprovaram – 121 (cento e vinte e um) do sexo masculino e 54 (cinquenta e quatro) do sexo feminino.

2.2 – Metodologia aplicada

De um ano para outro houve uma considerável redução no índice de reprovados com a mudança do método de avaliação, mas com isso surgiu a preocupação com a aprendizagem dos alunos, já que as notas eram somadas, um simples exercício realizado durante a aula poderia valer nota.

Com base na qualidade de aprendizagem dos alunos e nos dois métodos de avaliação, realizei uma pesquisa na Escola com professores e a Supervisora, utilizando as seguintes perguntas:

- 1- Você acha que a forma de avaliação contribui na reprovação dos alunos? Por quê?
- 2- Em se tratando da aprendizagem, qual dos dois métodos de avaliação você considera melhor e por quê?
- 3- Quais outros fatores você atribuiria para o fracasso escolar dos nossos alunos?

A professora A, em resposta a primeira pergunta, afirma que: “Sim, porque a forma de avaliação sendo muito quantitativa vai haver desinteresse, falta de motivação por parte dos alunos”. Para a segunda pergunta ela diz que: “A avaliação somativa, porque apresentou aspectos positivos resultando um menor índice de reprovação”. E para a terceira pergunta ela responde que: “salas de aula muito cheias, dificultando o ensino e a atenção a todos os alunos, desinteresse dos alunos, falta de perspectiva e motivação e falta de incentivo por parte dos pais”.

A professora B respondendo a primeira pergunta diz que: “Às vezes, mas a maioria das reprovações é devido ao desinteresse e falta de perspectiva para o futuro”. Já na segunda pergunta ela afirma que: “A

aprendizagem não depende do método de avaliação e sim do desempenho do professor e, principalmente, do desinteresse e esforço do aluno”. Na terceira pergunta ela responde que: “Falta de acompanhamento e incentivo dos pais, realidade sócio-econômica, problemas familiares que afetam diretamente o educando”.

A professora C, em resposta a primeira pergunta, diz que “Se a forma de avaliação for somente através do papel, sim. Mas se esta forma for diversificada, como atividades múltiplas, não”. A segunda resposta ela diz que: “Os de atividades múltiplas, porque explora vários conhecimentos dos alunos”. E a terceira resposta diz que: “a falta de uma mudança nos currículos, problemas sociais e a falta de estudos continuados do professor podem afetar na aprendizagem dos discentes”.

A professora D afirma na primeira pergunta que: “A avaliação serve para investigar se os alunos estão e como estão aprendendo e o que deve ser feito para melhorar. A avaliação não deve servir para aprovar ou reprovar”. Na segunda pergunta ela afirma que: “A avaliação somativa é o melhor jeito de listar os alunos pela quantidade de conhecimento que eles dominam”. Na terceira resposta ela diz que: “O desinteresse, a desmotivação causada por características pessoais do aluno e contexto da escola. O medo do fracasso e a forma de encara-lo. Alguns não se envolvem em nenhuma atividade, fecham-se completamente ao saber, não querem participar e nada fazem para aprender”.

A professora E em resposta a primeira pergunta diz que: “Sim, porque para aritmética na prova final o aluno tinha que alcançar no mínimo 50 (cinquenta), e na somativa o que falta para 60 (sessenta) o que leva muitos a sair da série com pouco conhecimento”. A segunda resposta dela diz que:

“Ambos tem suas falhas, mas a avaliação aritmética se fosse reformulada seria melhor”. E a terceira resposta diz que: “A falta de interesse, falta de incentivo na família. A escola também contribui para esse fracasso, onde alunos sem condições aprovam e outros que apresentam um pouco mais de condições são reprovados”.

A professora F respondendo à primeira pergunta disse que: “De certa forma sim, porque muitos professores acham que o que mais importa é a nota, sendo que muitos alunos têm dificuldade, mas se esforçam e tem um bom crescimento no decorrer do ano”. Na segunda pergunta ela disse que: “O segundo método é melhor porque os alunos têm maior chance de recuperar suas notas e dificuldades, sendo que muitos progridem após um período de desinteresse e notas baixas”. Em resposta à terceira pergunta a professora diz que: “Principalmente a falta de interesse dos próprios alunos. Sabemos que nossos alunos têm muitas carências afetivas, financeiras, etc, dessa forma são poucos que têm na família um incentivador para os estudos. Por isso acaba deixando em segundo plano, priorizando começar a trabalhar em qualquer coisa a continuar os estudos”. A professora terminou seu questionamento colocando a seguinte observação: “Muitas das lacunas de aprendizagem se devem à falta de base nas séries iniciais e vão sendo empurrados adiante sem solucionar as falhas”.

A professora G em resposta à primeira pergunta, disse que: “Acredito que não contribui, porque a avaliação serve para analisar onde estão as falhas, tanto do aluno quanto do professor. A partir daí ver onde pode ser melhorado”. Respondendo a segunda pergunta a professora disse que: “Considero o segundo método melhor porque os alunos participam mais das aulas e até um simples exercício em sala de aula pode ser valendo nota,

o que desperta o interesse do aluno para realizá-lo. É uma forma de estudar dentro da sala de aula”. Para a terceira pergunta a professora disse que: “Vários fatores podem ser apontados como contribuição ao fracasso escolar, dentre eles salas de aula superlotadas, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar devido às condições sociais da família”.

A Supervisora Pedagógica da escola, respondendo à primeira pergunta, disse que: “Acredito que a forma de avaliação não contribui na reprovação dos alunos, porque quando há um interesse, participação e responsabilidade dos mesmos conseguem a superar suas dificuldades de aprendizagem, principalmente com a recuperação paralela”. Respondendo a segunda pergunta ela diz que: “Considero o melhor método de avaliação somativa porque não divide o que o aluno aprendeu. Exemplo: o aluno tirou nota 02 (dois) em uma avaliação e na próxima conseguiu 08 (oito), houve um ótimo progresso, porém no método de avaliação através de média aritmética que soma e divide o aluno não atinge o valor necessário para ser aprovado”. Na terceira resposta ela diz que: “O comprometimento da família na vida escolar do aluno é um dos fatores que influencia no fracasso escolar dos mesmos. Entre outros fatores o próprio sistema escolar se não estiver bem estruturado, dificuldades de aprendizagem, falta de motivação por parte da escola e da família”.

2.3 - Análise dos dados coletados

Ao analisarmos os dados coletados na pesquisa realizada na Escola, podemos perceber que existem vários fatores que afetam a vida escolar dos alunos.

Em se tratando de avaliação, no método aritmético o aluno era avaliado somente através de provas, então o professor não tinha um acompanhamento continuado da aprendizagem deles, dificultando assim o seu trabalho.

Então, para a maioria dos professores entrevistados o método de avaliação contribui na qualidade de aprendizagem dos educandos e os mesmos consideraram a forma de avaliação somativa a melhor maneira para que os alunos aprendam com mais qualidade, já que é dado mais chances a eles. Com esta forma de avaliação qualquer exercício trabalhado em aula pode se tornar uma avaliação, o que leva os alunos a realizarem, tornando-se assim uma forma de estudar em sala de aula, fazendo com que o professor consiga ter uma idéia melhor do nível da qualidade de aprendizagem.

Alguns fatores que foram apontados pelos professores entrevistados, como influentes no fracasso escolar: salas de aula superlotadas, falta de mudanças nos currículos escolares, falta de estudo continuado para os professores, falta de motivação por parte dos professores e da escola, sistema escolar não estruturado à realidade do aluno, falta de interesse do aluno, desinteresse, desmotivação e o medo do fracasso dependem da Equipe Escolar para mudar.

Já outros fatores que foram destacados na entrevista praticamente fogem ao poder da escola, são eles: falta de acompanhamento e incentivo dos pais, realidade sócio-econômica da família, falta de estrutura familiar e necessidade de trabalhar.

Os dirigentes escolares tentam levar os pais para dentro da escola, para que eles acompanhem mais de perto os estudos do seu filho, mas ainda encontra muita resistência e a maioria dos pais, quando convocados para uma reunião não comparecem. Pode-se perceber que o aluno em que o pai vai à escola sendo convocado ou não, este tem melhor rendimento escolar.

É dever da escola fazer o que está ao seu alcance para diminuir o número de alunos que reprovam. É preciso que haja um comprometimento mais sério com a educação, porque o aluno que reprova, muitas vezes abandona a escola. Temos consciência que a mudança é difícil, muitas pessoas e muitos órgãos competentes são envolvidos, mas não podemos ficar inertes, algo precisa ser feito para melhorar a qualidade de ensino e de aprendizagem do nosso alunado.

CAPÍTULO 3

3.1 A Educação que queremos

Pelo trabalho o homem estabelece as relações sociais e, ao receber a herança cultural dos antepassados, realiza projetos de mudanças.

O presente humano não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro. O passado não é algo morto: nele estão as raízes do presente. É compreendendo o passado que podemos dar sentido ao presente e elaborar o futuro.

O homem “reconstrói” a história a partir do seu presente e, cada novo fato o faz reinterpretar a experiência vivida. O homem se faz a partir do trabalho coletivo na medida em que este muda no tempo.

A história resulta da preocupação que o homem tem de reconstruir o passado, relatando os acontecimentos por meio da seleção dos fatos considerados relevantes e a partir de uma ordem cronológica.

É importante estudar a educação sempre estabelecendo relações com o contexto histórico geral, observando a sincronia entre as crises na educação e as crises no sistema. A educação não pode ser considerada um fenômeno neutro por estar imbricada na política e sofrer os efeitos da ideologia.

De maneira geral, pode-se dizer que a educação é o processo pelo qual são transmitidos ao indivíduo os conhecimentos e atitudes necessárias para que ele tenha condições de integrar-se à sociedade.

É na espécie humana que se efetiva um longo e complexo processo educativo, sem o qual o indivíduo não poderia sobreviver numa sociedade que transformou radicalmente as condições naturais de vida e que exige

dela comportamentos muito superiores àqueles que são determinados pelos instintos.

A aprendizagem elementar é oferecida pela família. A instituição familiar pode apresentar formas muito diversas, de acordo com a sociedade em que esteja inserida, assim como também a educação no seio familiar é encaminhada de formas muito distintas.

Nas sociedades mais simples, a aquisição de conhecimentos não exige instituições destinados às tarefas educativas. A aprendizagem se realiza naturalmente, pois a criança participa de forma cada vez mais ativa nos trabalhos comuns.

À medida que a sociedade vai tornando-se cada vez mais dependente do conhecimento, é necessário questionar a concepção de educação e de aprendizagem como uma atividade contínua, que se estende ao longo da vida.

Para a professora Laura Weber em artigo publicado na revista Pátio

A educação tem de criar condições para o aluno desenvolver a habilidade de aprender, de modo que ele seja capaz de continuar sua aprendizagem mesmo depois de deixar a escola. (WEBER, 2004, p. 13)

É na escola que se realiza a socialização intelectual da criança, a começar pela estrutura espacial, a sala de aula é um modelo que mostra como é a sociedade em que ela vai crescer e passar a vida, mas sem tirar a importância da família, que o primeiro contato social que a criança tem.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres "vazios" a quem o mundo "encha" de conteúdos, não pode basear-se numa consciência espacializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos

homens como “corpos” conscientes e na consciência como consciência intencionada ao mundo.(FREIRE, 1986, p. 58)

Nossos alunos não são sacos vazios em que o professor encha de conteúdo. Eles são seres conscientes e pensantes. Com isso devemos fazê-los buscar seu próprio aprendizado, incentivando-os à pesquisa, à leitura e desta forma adquirindo cada vez mais conhecimentos.

Ter uma educação solidária é um fator que pode levar nossos alunos a ter uma vida mais digna e mais social, principalmente no mundo em que vivemos, onde, de certa forma, uns dependem dos outros. Esse senso de solidariedade pode começar dentro de casa, mas deve ser melhorado na escola, com uma simples ação de um colega que sabe um pouco mais, ajudar o outro que está com dificuldade de aprendizagem. Com isso a educação vem a ser o processo de socialização dos indivíduos para uma sociedade racional, democrática, planejada e reestruturada pelos próprios indivíduos que a compõem.

Educar implica buscar alianças e assumir conflitos, significa desafiar e ser desafiado a mudar ou a manter as estruturas que atravessam o contexto em que atuamos.

É importante salientar que dentro da escola, todos os profissionais que trabalham pela educação têm o direito e o dever de participar da educação dos alunos. Para Libâneo:

A preparação e distribuição da merenda pelas merendeiras envolvem atitudes e modos de agir que podem influenciar a educação das crianças de forma positiva ou negativa. (LIBÂNEO, 2001, p. 21)

Na Escola onde a pesquisa foi realizada, ocorreu um fato que uma das merendeiras tinha atitudes inadequadas para a escola. Quando a merenda era levada à sala de aula, a mesma não batia na porta, não pedia licença,

não cumprimentava. Tais atitudes estavam influenciando negativamente na educação dos alunos. A merendeira foi afastada da escola pela Secretaria Municipal da Educação.

3.2 – A escola que queremos

A escola, ainda hoje, está voltada para o repasse de conhecimento, onde o aluno torna-se um ser passivo, receptivo e imitativo, dificultando essa escola as experiências de um projeto moderno e próprio de desenvolvimento. Neste sentido, é preciso desenvolver a didática do “aprender a aprender”, no contexto globalizado de conhecimento moderno.

Esta didática do “aprender a aprender” é hoje a competência própria do educador moderno, de quem se espera principalmente que consiga motivar o aluno para o mesmo desafio. O educando deve poder construir a capacidade de elaboração própria e a atitude de pesquisa. A educação inspirada no aprender a aprender torna-se um instrumento efetivo na potencialização das oportunidades históricas da pessoa e da sociedade.

Assim, vemos o papel da escola como peça importantíssima na engrenagem desse processo de ensino-aprendizagem, procurando desenvolver no aluno o senso crítico e proporcionando-lhe praticidade e prazer no que aprende.

Isabel Alarcão diz que:

Assiste-se hoje a uma forte inadequação da escola para fazer face às demandas da sociedade. Diante das rápidas convulsões sociais, a escola precisa abandonar os seus modelos estáticos e posicionar-se dinamicamente. (ALARCÃO, 2001, p. 15)

É muito importante que tenhamos uma escola dinâmica, uma escola que acompanhe as mudanças que estão ocorrendo na sociedade e no mundo, com professores qualificados e atualizados, mas é preciso também que sejam oferecidos cursos de atualização para os professores. Na sociedade em que estamos inseridos, os cursos de atualização,

aperfeiçoamento e formação continuada são quase inexistentes e quando são oferecidos, para fazermos, esbarramos na dificuldade de sair da escola.

Precisamos de uma escola em que os alunos sintam-se à vontade, uma escola que aceite as diferenças que existem entre eles. É dentro da escola que vemos diferentes tipos de culturas. Os alunos já chegam lá com uma cultura trazida de casa e a escola tenta mudar o multiculturalismo existente, transformando-o em monoculturalismo. As crianças já vêm de casa com uma linguagem própria e, muitas vezes, é uma maneira dialeticamente diferente de falar. O papel da escola é corrigi-la, mas não têm o direito de fazer a criança abandonar a sua cultura de berço, as suas vivências.

Pode-se dizer que a escola tende ao monoculturalismo e a uniformização dos saberes, pois ela continua sendo desigual, reduzindo a autonomia das culturas populares e convertendo-as pela cultura dominante: a cultura padrão.

Essa negação de aceitação das culturas populares torna-se exigente e injusta com as crianças provenientes das classes populares, exercendo um papel determinante no fracasso escolar das mesmas.

A escola pode com isso também relegar as crianças das classes dominadas somente à sua cultura de origem, com o pretexto de reabilitar o seu contexto social, deixando somente à elite o privilégio do pensamento abstrato.

Valorizar essa separação cultural pode ser determinante como uma nova maneira de excluir as classes populares da sociedade. Para que a ação da escola rompa com esta oposição às classes dominadas, torna-se imperioso que a escola deixe de ser uma simples máquina reprodutora de

desigualdades sociais, estabeleça estratégias de desenvolvimento e legitime-se como transformadora da realidade social.

A escola é um contexto de trabalho. Trabalho para o aluno e para o professor. Para o aluno, o trabalho é aprendizagem em suas várias dimensões. Para o professor é a educação na multiplicidade de suas funções. Não se aprende sem esforço e as crianças e os jovens precisam aprender a se esforçar, a trabalhar, a investir no estudo, na aprendizagem, a compreensão. (ALARCÃO, 2001, P. 17)

É dever da escola “criar” este aluno que busque, que procure, que se torne um ser investigativo da sua própria aprendizagem. Não devemos levar tudo pronto, devemos instigar a sua curiosidade para que eles encontrem suas próprias respostas.

Claudio Ceccon diz que:

Ninguém está contente com a escola. Todo mundo vive se queixando da escola. Pais, professores e alunos reclamam que ela não está funcionando como devia e que as coisas não podem continuar desse jeito. Mas cada um pensa que o culpado desse mau funcionamento são sempre os outros. (CECCON, 1986, p. 18)

Cada um deve fazer a sua parte para mudar a escola e mudar principalmente a idéia que muitos pais têm dela. Para a maioria deles, a escola é o lugar para onde eles mandam os filhos para aprenderem e também para serem educados, esquecendo do fato que a educação deve partir deles, ainda dentro de casa, sem com isso eximir o papel da escola que também é o de educar.

É muito importante a participação dos pais na vida escolar dos filhos, pois eles apresentam um papel fundamental no desempenho escolar dos mesmos. O diálogo entre a família e a escola tende a colaborar para um

equilíbrio na aprendizagem, o que é possível considerar que a criança e os pais trazem consigo uma ligação íntima com o desempenho escolar.

Devemos lembrar que a família conserva grande parte de sua importância como base inicial da seleção social dos indivíduos, ela transmite ao filho, não somente o capital financeiro, mas também o capital cultural.

A sociedade pode e deve mudar, mas somos nós que temos que provocar essas mudanças. Nós que achamos que a escola é uma coisa muito importante e que ela está funcionando mal. As mudanças só virão se os principais interessados se mexerem. (CECCON, 1986, p. 83)

Para Paulo Freire “*não se muda a cara da escola por um ato de vontade do secretário*”. (FREIRE In: ALARCÃO, 2001 p. 19) Complete-se a idéia de Paulo Freire com palavras de Isabel Alarcão.

Para mudá-la é preciso envolver as decisões políticos-administrativos-pedagógicas. É preciso envolver o elemento humano, as pessoas e, através delas mudar a cultura que se vive na escola e que ela própria inculca. (ALARCÃO, 2001, p. 19)

Não é fácil mudar a cara da escola, muitas pessoas e muitas coisas estão envolvidas, mas não podemos ficar estáticos. É nossa obrigação, enquanto trabalhadores da educação, procurar meios ou recursos que facilitem a aprendizagem dos alunos. Se de uma maneira não está dando certo, temos de procurar onde está o erro para irmos ao encontro do acerto, buscando novos métodos que levem os alunos a aprenderem, nem que para isso tenhamos que mudar o projeto-político-pedagógico da escola.

A escola não pode colocar-se na posição de preparar para a cidadania, na compreensão da realidade, no exercício da liberdade e da responsabilidade, na atenção e no interesse pelo

outro, no respeito pela diversidade, no comprometimento humano e no social. Uma educação a ser feita a partir da vida da escola. (ALARCÃO, 2001, p. 22)

O papel da escola é preparar seus alunos para serem cidadãos respeitáveis pela sociedade, sendo assim, ela não pode fazer diferença entre eles, sejam ricos ou pobres, brancos ou negros. No momento em que essa diferença social ocorrer dentro da escola, isto seguirá por toda a vida, pois o próprio aluno crescerá achando-se inferior ou superior em relação às outras pessoas. É na escola que temos que ensiná-los que ninguém é melhor que ninguém.

A escola como está organizada, não estimula a solidariedade, a ajuda mútua entre os alunos ou o trabalho em equipe. A regra fundamental da escola é de que cada um deve se virar como puder. (CECCON, 1986, p. 71)

Está faltando exatamente isso na maioria das escolas, estimular o sentido de solidariedade entre seus educando, fazendo eles entenderem que é ajudando ao próximo que vamos nos tornar cidadãos melhores. Talvez esse seja um dos meios para tentarmos melhorar o ensino-aprendizagem e diminuir o índice de reprovação.

Muito se tem falado em Escola Reflexiva, que para melhorar o ensino precisamos mudar a escola, transformando-a em uma Escola Reflexiva. Mas o que é Escola Reflexiva?

A Escola Reflexiva é uma organização. A escola que se interroga sobre si própria se transforma em uma instituição autônoma e responsável, automatizante e educadora. Uma escola que pensa o presente para projetar o futuro. (ALARCÃO, 2001. p, 25)

Então a Escola Reflexiva é aquela que está atenta à comunidade interior, envolvendo todos que estão inseridos na comunidade escolar na construção do clima de escola, na definição e na realização do seu projeto, na avaliação da sua qualidade educativa.

Em uma organização, os seus membros não podem ser meramente treinados para executar decisões, não podem ser moldados para a passividade, o conformismo, o destino acabado. Devem ser incentivados e mobilizados para a participação, na construção, no diálogo e na reflexão. (ALARCÃO, 2001. p, 26)

A tarefa primordial de um processo reflexivo no ensino é a de proporcionar a si e a toda educação um caminho metodológico que possibilite a formação de cidadãos autônomos. Isto se concretiza por meio de um processo reflexivo crítico. Educar para e na reflexão é a tarefa essencial do presente, caso queiramos construir uma sociedade e uma humanidade distinta desta marcada pela exploração. A busca de tal possibilidade passa por uma mudança de postura. Tal situação impõe e imprime a construção de uma metodologia que possibilite a sua sistematização no espaço de ensino.

Os professores não devem receber tudo pronto dentro de uma organização. É fundamental que eles tenham participação ativa na construção do projeto educacional.

A escola é uma organização em que tanto seus objetivos e resultados quanto seus processos e meios são relacionados com a formação humana, portanto, as instituições escolares, por prevalecer nelas o elemento humano, precisam ser administradas de modo que todos os seus integrantes canalizem esforços para a realização de objetivos educacionais. A escola e

seu modo de se organizar constituem um ambiente educativo, isto é, um espaço de formação e de aprendizagem construído por seus componentes, um lugar em que os profissionais podem decidir sobre seu trabalho e aprender mais sobre sua profissão. Acreditamos que não são apenas os professores que educam. Todas as pessoas que trabalham na escola realizam ações educativas, embora não tenham as mesmas responsabilidades nem atuem de forma igual.

Somente com a participação de todos os segmentos da escola proporcionaremos um melhor conhecimento dos objetivos e metas, de sua estrutura organizacional, de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, propiciando um clima de trabalho favorável entre pais, funcionários, professores e alunos, tornando-os co-responsáveis pelo êxito da instituição. Dessa forma, a organização escolar será uma instância educadora, um espaço de trabalho coletivo e de aprendizagem.

A Escola, como parte da sociedade, local de formação e exercício da cidadania, deverá estar comprometida com a melhoria da sociedade em geral. É preciso possibilitar aos membros dessa comunidade a atuação no planejamento e na avaliação de suas ações e não apenas na execução. Caberá à escola possibilitar reflexões conjuntas sobre o conhecimento crítico da realidade e buscar alternativas de solução para tornar quase inexistente o número de alunos que reprovam.

As políticas educacionais serão articuladoras das condições que poderão concretizar os programas em ações que ajudem a escola a conquistar seu espaço coletivo a fim de interagir com os sujeitos em um espaço de saber, o qual dará margem ao diálogo e às negociações das

políticas educacionais constituídas a partir de uma prática que viabilize processos educacionais eficientes, partindo de critérios claros e objetivos.

3.3 – Os Professores que queremos

O papel do professor é muito importante dentro de uma instituição de ensino. É preciso que o professor tenha dedicação a sua profissão, procurando cursos de atualização ou extensão, mas que faça isso por prazer e não simplesmente porque o mercado exige.

A escola ou a educação precisa de professores alegres, porém eficientes no trabalho que realiza. O autor Rubem Alves compara o sofrimento de ser um professor com o sofrimento da dor de parto. Diz ele: *“a mãe o aceita e logo dele se esquece, pela alegria de dar a luz a um filho”*. (ALVES, 2003, p. 9) Ser professor é ficar feliz quando vemos, dentro da sala de aula, a alegria dos alunos quando conseguem aprender, quando vemos o resultado do que está sendo ensinado, ou seja, o nascimento do seu aprendizado.

Os professores enfrentam muitos problemas dentro da escola, mas eles não devem deixar-se influenciar por tais problemas.

Os professores se sentem sobrecarregados e desvalorizados em seu trabalho. Suas condições de trabalho são, de fato, muito ruins, classes superlotadas, falta de material didático, programas muito extensos e complicados. Os professores se sentem cansados e desanimados. (CECCON, 1986, p. 14)

Nós, enquanto educadores, não podemos desanimar diante dos problemas que surgem. Classes superlotadas é um fator que influencia na aprendizagem. O professor não consegue dar um atendimento mais especial, principalmente se for no ensino fundamental / séries iniciais, em que a maioria dos alunos necessitam de um atendimento mais próximo. Mas nem por isso o professor deve desanimar e achar que seu trabalho não

dará certo ou será prejudicado. E também, professor desanimado automaticamente desanimará os alunos, ocasionando um prejuízo na sua aprendizagem.

A profissionalidade docente envolve dimensões que ultrapassam a mera dimensão pedagógica. Como ator social o professor tem um papel a desempenhar na política educativa. (ALARCÃO, 2001, p. 23)

A autora compara o trabalho do professor ao trabalho do ator. Muitas vezes, dentro da sala de aula, temos que interpretar o conteúdo, ou seja, utilizar meios e recursos para que os alunos assimilem e aprendam. Mas não devemos deixá-los serem meros expectadores, temos que fazê-los atuarem, interpretarem juntos, isso facilitará sua aprendizagem.

É importante que os educandos sejam seres atuantes e pensantes, que suas preferências e sugestões sejam levadas em consideração e realizadas na medida do possível. A escola é feita para eles, nada melhor que eles também participem da administração.

O professor enquanto gestor do processo de ensino aprendizagem é responsável pela condução do processo de ensinar e aprender, capaz de realizar um ensino de boa qualidade que resulte em aprendizagens significativas e bem sucedidas, permitindo a inclusão de crianças e adolescentes no mundo da cultura, da ciência, da arte e do trabalho.

O professor tem um papel decisivo ao socializar conhecimentos com os alunos no espaço de sala de aula, uma vez que sua formação, suas experiências, sua interação com os educandos lhes possibilita atender às necessidades reais desses, integrando conhecimento e prática, buscando estratégias para possibilitar a construção de um novo saber.

O professor é responsável também pelo desenvolvimento de valores, de atitudes e do sentido de justiça, essenciais ao convívio social, solidário e ético, ao aprimoramento pessoal e à valorização da vida.

O professor é visto como um intelectual transformador permitindo expressar sua tarefa nos termos do compromisso com um conteúdo muito definido: elaborar tanto a crítica das condições de seu trabalho com uma linguagem de possibilidades que se abra à construção de uma sociedade mais justa, educando seu alunado como cidadãos críticos, ativos e comprometidos na construção de uma vida individual e pública digna de solidariedade e de esperança. (CONTRERAS, 1997, p. 138)

O pensamento prático do professor vai levá-lo à construção de uma teoria de ensino original, pessoal, que não se opõe às teorias já existentes, mas as transforma para se adequar à sua realidade social. Todo educador competente atua refletindo na ação, criando novas realidades, experimentando, corrigindo, inventando, dialogando, construindo seu próprio conhecimento profissional, provendo a qualidade do ensino na escola numa perspectiva inovadora.

Neste contexto, a prática assume um papel central no currículo, proporcionando uma aprendizagem vinculada a situações reais, onde o professor e o aluno analisam, atuam e refletem juntos sobre as questões educativas. Para isto, torna-se importante que o educador possa exercer essa reflexão sobre sua prática pedagógica de forma compartilhada para que construa um saber mais crítico.

O que observamos no cotidiano escolar é o isolamento dos professores. Sua responsabilidade está apenas em cumprir o programa da sua aula, por esse motivo acreditamos que é através das práticas participativas que os professores têm a oportunidade de compartilhar com

os colegas conhecimentos, metodologias e dificuldades, discutindo e tomando decisões sobre o projeto pedagógico-curricular, sobre o currículo, as relações sociais internas, as práticas de avaliação. Desta forma teremos uma comunidade de aprendizagem democrática, aberta à ação / reflexão /ação.

Muitos professores tendem a limitar seu mundo de ação e de reflexão à aula. É necessário transcender aos limites que se apresentam inscritos em seu trabalho, superando uma visão meramente técnica na qual os problemas se reduzem a como cumprir as metas que a instituição já tem fixadas. Essa tarefa requer a habilidade de problematizar as visões sobre a prática docente e suas circunstâncias, tanto sobre o papel dos professores como sobre a função que cumpre a educação escolar. Isto supõe que cada professor analise o sentido político e cultural que cumpre à escola. Como esse sentido condiciona a forma em que ocorrem as coisas no ensino, o modo em que se assimila a própria função, como se têm interiorizado os padrões ideológicos sobre os quais se sustenta a estrutura educativa.

É necessário que o professor seja integrante de equipe escolar, compartilhando da construção coletiva de uma escola de qualidade, estimulando e considerando uma escola cidadã, participativa e inclusiva, formulando e implementando propostas pedagógicas, articulando a integração escola-família-comunidade. É dever do professor incentivar o engajamento dos alunos e da escola em projetos ou ações de relevância social, acompanhar e avaliar os projetos desenvolvidos pela escola e os seus impactos no desempenho escolar dos alunos, participar de ações de formação continuada que visem ao aperfeiçoamento profissional.

Os professores têm várias responsabilidades profissionais, tais como: conhecer bem a matéria, saber ensiná-la, ligar o ensino à realidade do aluno e a seu contexto social, ter uma prática de investigação sobre seu próprio trabalho. Os professores, além da responsabilidade de dirigir uma classe, são membros de uma equipe de trabalho em que discutem, tomam decisões e definem formas de ação, de modo que a estrutura e os procedimentos da organização e da gestão sejam construídos conjuntamente, pelos que nela atuam – professores, diretores, coordenadores, funcionários, alunos e também os pais.

O professor participa ativamente da organização do trabalho escolar, formando com os demais colegas uma equipe de trabalho, aprendendo novos saberes e competências, assim como um modo de agir coletivo, em favor da formação dos alunos.

A escola é o local de trabalho docente e a organização escolar é o espaço de aprendizado da profissão, na qual o professor põe em prática seu conhecimento da realidade, suas competências com os colegas e aprendendo mais sobre seu trabalho.

O trabalho coletivo, nas escolas, deverá envolver a comunidade escolar, a fim de que reflita e se posicione frente aos caminhos e descaminhos da escola. A base desse trabalho deverá estar na participação consciente e na liberdade responsável. Só se garante a eficácia coletiva, se a participação for centrada na responsabilidade. Não se trata, contudo, de delegar poderes, mas de exercê-los em todos os níveis da ação escolar. Assim, para que haja participação há que se ter consciência e responsabilidade e esse trabalho exigirá de todos: presença, reflexão e crítica constantes.

O trabalho coletivo é o responsável pela participação geral no processo decisório de alunos, professores, funcionários e pais na escola. Ele é, também, responsável pela revolução nas relações professor-aluno, pois envolve um processo no qual os indivíduos participam, porque a eles são entregues não apenas as decisões específicas, mas também os próprios rumos da escola.

O trabalho coletivo não poderá surgir a partir do momento que se julgar conveniente que ele exista. Ele deverá ser iniciado na ocasião do Planejamento e ficará atestado no Plano Escolar. Esse trabalho conjunto deverá ter garantia de não ser apenas um trabalho de colaboração, mas de participação.

Se todos estiverem envolvidos, desde o conhecimento das dificuldades da escola até as metas a atingir, mais fácil será a participação nas propostas e na responsabilidade das decisões.

Pela participação na organização e gestão do trabalho escolar, os professores podem aprender várias coisas: tomar decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir com os colegas preocupações, desenvolver o espírito de solidariedade, assumir coletivamente a responsabilidade pela escola, investir no seu desenvolvimento profissional. (LIBÂNEO, 2001, p. 23)

É importante a participação do professor no projeto-político-pedagógico da escola. Na maioria das vezes isso não acontece. O projeto geralmente é feito pelo “supervisor” da escola e apresentado para os professores, que raramente tem a oportunidade de contestar ou discutir algo que possa ser melhorado.

Uma das funções profissionais básicas do professor é participar ativamente na gestão e organização da escola contribuindo nas

decisões de cunho organizativo, administrativo e pedagógico-didático. (LIBÂNEO, 2001, p. 25)

É preciso que tenhamos uma escola em que os professores participem mais ativamente dos processos de crescimento da instituição de ensino à qual está inserido.

A docência não estará reduzida a uma atividade meramente técnica, mas considerada uma prática intelectual e autônoma, baseada na compreensão da prática e na transformação dessa prática. (LIBÂNEO, 2001, p. 24)

Os professores têm a responsabilidade de ter opiniões formadas e critérios de valor argumentáveis. Ao estabelecer as relações entre a prática reflexiva do ensino em aula e a participação nos contextos sociais que afetam sua atuação, o professor reflexivo estende suas deliberações profissionais a uma situação social mais ampla, colaborando para que se gere uma mudança social que possa ser mais reflexiva e ampliar o horizonte da compreensão crítica de sua atuação.

O professor deve ter total liberdade para agir dentro da sala de aula, ministrando seu conteúdo e desenvolvendo seu trabalho da melhor maneira que ajude no crescimento intelectual dos educandos.

CONCLUSÃO

Após a leitura de vários autores nos deparamos com alguns problemas que afetam a educação em nosso país.

Há uma grande preocupação com o trabalho individual que acontece nas escolas, esta é uma instituição que exige um trabalho coletivo em benefício da melhor qualidade de ensino-aprendizagem dos alunos.

Preocupados com o nível de ensino dos mesmos é que realizamos esta pesquisa para vermos quais os motivos que levam tantos alunos a repetir de ano. Alguns motivos que foram citados são extra-escolares, ou seja, a escola praticamente não pode fazer nada para mudar, mas outros motivos dependem unicamente da escola e esta se movendo, fazendo o possível conseguirá mudar a situação da reprovação.

A evasão escolar também se tornou uma preocupação nacional. Até o governo já está tomando medidas para saber porque tantos alunos abandonam a escola e um dos principais motivos encontrados foi a reprovação. Aluno que muito repete o ano acaba por abandonar os estudos. Outro motivo destacado foi a necessidade de trabalhar para ajudar a família, ou seja a condição sócio-econômica familiar é um fator que leva o aluno a abandonar a escola.

Havendo um trabalho em equipe envolvendo a Equipe Diretiva, os professores, os funcionários, os alunos e também os pais, dentro da Instituição de Ensino, isso facilitará o trabalho e quem sai ganhando com isso são os próprios alunos, porque melhorará a sua qualidade de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Isabel. **Escola Reflexiva e Nova Racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ALARCÃO, Isabel. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ALVES, Rubem. **A Alegria de Ensinar**. 6^a ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

ALVES, Tânia Maria. **Reprovação Escolar**. In: **site novaescola.com**, janeiro de 2003.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARROYO, Miguel. **Da Escola Carente a Escola Possível**. São Paulo: Loyola, 1986.

CECCON, Claudios et all. **A Vida na Escola e a Escola da Vida**. 15^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

CONTRERAS, José. **La autonomía del profesorado**. Madrid: Morata, 1997.

DURKHEIM, Êmile. **Educação e Sociologia**. 8ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

____. **Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'água, 2000. (p.p. 75 a 84)

GENTILE, Paola. **Dificuldades na Aprendizagem**. In: site novaescola.com, setembro, 2002.

HOFFMANN, Jussara. **Novos olhares sobre a Avaliação**. In: Evasão e Repetência - Caderno Temático 9. Constituinte Escolar, 1999

INEP. **Dados do Saeb**. In: site mec.gov.br, janeiro/ 2004

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**. 3ª ed, Goiânia: Alternativa, 2001.

MELLO, Guiomar Namo. **Acesso e Permanência na Escola** In: MELLO **Cidadania e Competitividade**. Desafios Educacionais do terceiro milênio. São Paulo: Cortez, 2000. (p.p. 45-63)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade**. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PARAGUASSÚ, Lisandra. **Pesquisa sobre Educação** In: site **globonews.globo.com**, fevereiro/ 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação Escolar? Não Obrigado** In: site **estadao.com**, novembro/ 2003

TOMMASI, Livia de et all. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TORRES, Rosa Maria. **Repetência Escolar: falha do aluno ou falha do sistema?** In: **Revista Pátio**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, Ano 3, nov 99/jan/ 2000.

_____. LDB, São Paulo, Editora do Brasil, 1996.

WEBER, Laura, **Pontos positivos para a educação**. In: **Revista Pátio**. Porto Alegre, RS, Artes Médicas, Ano 7, agos/ out/ 2004.

ANEXO

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Centro de Educação
Núcleo de Atividades Especiais de Extensão e Serviços
Curso de Especialização em Educação com ênfase em
Gestão Educacional

Ficha de Entrevista

Cargo ou função: _____

Tempo de Serviço: _____

No ano de 2002, tivemos na escola, uma forma de avaliação aritmética, onde todos os bimestres tinham o mesmo peso e as notas eram somadas e divididas. No mesmo ano o índice de reprovação foi muito alto. Já no ano de 2003 com a mudança do regimento escolar a avaliação passou a ser somativa. O índice de reprovação neste ano foi menor.

- 1- Você acha que a forma de avaliação contribui na reprovação dos alunos? Por quê?

- 2- Em se tratando da aprendizagem, qual dos dois métodos de avaliação você considera melhor? Por quê?

- 3- Quais outros fatores você atribuiria para o fracasso escolas dos nossos alunos?

